

Jornal Oficial

das Comunidades Europeias

ISSN 0257-7771

C 187

43.º ano

6 de Julho de 2000

Edição em
língua portuguesa

Comunicações e Informações

<u>Número de informação</u>	<u>Índice</u>	<u>Página</u>
	I <i>Comunicações</i>	
	Comissão	
2000/C 187/01	Taxas de câmbio do euro	1
2000/C 187/02	Preços médios e preços representativos dos vinhos de mesa nos diferentes locais de comercialização	2
2000/C 187/03	Comunicação aos operadores comerciais — Aplicação das regras de origem ao abrigo do Acordo CE-México	3
2000/C 187/04	Não oposição a uma operação de concentração notificada (Processo COMP/M.1944 — HSBC/CCF) ⁽¹⁾	8
2000/C 187/05	Não oposição a uma operação de concentração notificada (Processo COMP/M.1907 — WOCO/Michelin) ⁽¹⁾	8

I

(Comunicações)

COMISSÃO

Taxas de câmbio do euro ⁽¹⁾

5 de Julho de 2000

(2000/C 187/01)

1 euro	=	7,4625	coroas dinamarquesas
	=	336,70	dracmas gregas
	=	8,4080	coroas suecas
	=	0,6313	libra esterlina
	=	0,9537	dólares dos Estados Unidos
	=	1,4179	dólares canadianos
	=	101,730	ienes japoneses
	=	1,5532	francos suíços
	=	8,1870	coroas norueguesas
	=	73,2598	coroas islandesas ⁽²⁾
	=	1,6054	dólares australianos
	=	2,0589	dólares neozelandeses
	=	6,45035	randes sul-africanos ⁽²⁾

⁽¹⁾ Fonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

⁽²⁾ Fonte: Comissão.

Preços médios e preços representativos dos vinhos de mesa nos diferentes locais de comercialização

(2000/C 187/02)

[Fixados em 4 de Julho de 2000 em aplicação do n.º 1 do artigo 30.º do Regulamento (CEE) n.º 822/87]

Locais de comercialização	EUR por % vol/hl	% do PO °	Locais de comercialização	EUR por % vol/hl	% do PO °
<u>R I Preço de orientação *</u>	<u>3,828</u>		<u>A I Preço de orientação *</u>	<u>3,828</u>	
Heraklion	sem cotação		Atenas	sem cotação	
Patras	sem cotação		Heraklion	sem cotação	
Requena	sem cotação ⁽¹⁾		Patras	sem cotação	
Reus	sem cotação		Alcázar de San Juan	1,863	49 %
Villafranca del Bierzo	sem cotação ⁽¹⁾		Almendralejo	1,898	50 %
Bastia	sem cotação		Medina del Campo	3,907	102 %
Béziers	4,109	107 %	Ribadavia	sem cotação	
Montpellier	3,994	104 %	Villafranca del Penedés	sem cotação	
Narbonne	sem cotação		Villar del Arzobispo	sem cotação ⁽¹⁾	
Nîmes	sem cotação		Villarrobledo	sem cotação ⁽¹⁾	
Perpignan	sem cotação		Bordéus	sem cotação	
Asti	sem cotação		Nantes	sem cotação	
Firenze	sem cotação		Bari	sem cotação	
Lecce	sem cotação ⁽¹⁾		Cagliari	sem cotação ⁽¹⁾	
Pescara	3,770	98 %	Chieti	sem cotação	
Reggio Emilia	sem cotação		Ravenna (Lugo, Faenza)	2,556	67 %
Treviso	sem cotação		Trapani (Alcamo)	sem cotação	
Verona (para os vinhos locais)	sem cotação		Treviso	sem cotação	
Preço representativo	4,067	106 %	Preço representativo	2,461	64 %
<u>R II Preço de orientação *</u>	<u>3,828</u>				
Heraklion	sem cotação			EUR/hl	
Patras	sem cotação		<u>A II Preço de orientação *</u>	<u>82,810</u>	
Calatayud	sem cotação		Rheinfalz (Oberhaardt)	27,369	33 %
Falset	sem cotação		Rheinhessen (Hügelland)	sem cotação ⁽¹⁾	
Jumilla	sem cotação ⁽¹⁾		Região vinícola do Mosela luxemburguês	sem cotação	
Navalcarnero	sem cotação ⁽¹⁾		Preço representativo	27,369	33 %
Requena	sem cotação				
Toro	sem cotação		<u>A III Preço de orientação *</u>	<u>94,570</u>	
Villena	sem cotação ⁽¹⁾		Mosel-Rheingau	sem cotação	
Bastia	sem cotação		Região vinícola do Mosela luxemburguês	sem cotação	
Brignoles	sem cotação		Preço representativo	sem cotação	
Bari	sem cotação				
Barletta	sem cotação				
Cagliari	sem cotação				
Lecce	sem cotação				
Taranto	sem cotação				
Preço representativo	sem cotação ⁽¹⁾				
	EUR/hl				
<u>R III Preço de orientação *</u>	<u>62,150</u>				
Rheinfalz-Rheinhessen (Hügelland)	sem cotação				
Preço representativo	sem cotação				

⁽¹⁾ Não se tomou em consideração a cotação nos termos do artigo 10.º do Regulamento (CEE) n.º 2682/77.

* Aplicáveis a partir de 1.2.1995.

° PO = Preço de orientação.

COMUNICAÇÃO AOS OPERADORES COMERCIAIS

Aplicação das regras de origem ao abrigo do Acordo CE-México

(2000/C 187/03)

O anexo III do Acordo de comércio livre entre a Comunidade Europeia e o México (Decisão n.º 2/2000 do Conselho Conjunto CE-México⁽¹⁾), que entrará em vigor em 1 de Julho de 2000, contém as disposições relativas à definição da noção de produtos originários e aos métodos de cooperação administrativa.

DESCRIÇÃO DO ANEXO III DA DECISÃO N.º 2/2000 DO CONSELHO CONJUNTO CE-MÉXICO

A estrutura e as disposições gerais do anexo III são praticamente idênticas às dos protocolos em matéria de regras de origem dos acordos europeus. Todavia, os apêndices I (notas introdutórias às listas dos apêndices II e II-A) e II (lista das operações de complemento de fabrico ou de transformação a efectuar em matérias não originárias para que o produto transformado possa adquirir a qualidade de produto originário) contém novas disposições.

O apêndice II contém as regras de origem permanentes, sujeitas a disposições específicas relativas à data de entrada em vigor de determinadas regras.

O apêndice II-A) contém as regras de origem aplicáveis temporariamente, bem como as disposições relativas às regras de origem aplicáveis no âmbito de contingentes. Por último, deve referir-se que algumas declarações comuns prevêem a possibilidade de revisão de algumas disposições do anexo III.

1. Regras de origem permanentes

As regras de origem permanentes estabelecidas no apêndice II, que entrará em vigor em 1 de Julho de 2000, podem, em certos casos, ser aplicáveis apenas numa data posterior. É o caso, por exemplo, da regra relativa à estampagem de tecidos destinados à confecção de artigos de vestuário (capítulo 62 — aplicável depois de 31 de Dezembro de 2002) ou de roupa de casa (Capítulo 63 — aplicável depois de 31 de Dezembro de 2003, sob reserva de decisão em contrário do Comité Conjunto).

Regras de origem aplicáveis no âmbito de contingentes

Para além das regras previstas no apêndice II, podem ser aplicadas regras suplementares no âmbito de contingentes aplicáveis às exportações comunitárias para o México. Estas regras suplementares são, de facto, as regras previstas nos acordos europeus e que só serão aplicáveis a tecidos (capítulos 52, 54, 55 e ex 58) estampados na Comunidade e a calçado (posições pautais 6402 a 6404) que tenha sido montado na Comunidade e exportado para o México (ver *infra* sobre o sistema de contingentes).

Na prática, no que se refere aos produtos em questão, é possível que um produto satisfaça várias regras para poder adquirir o carácter de produto originário numa das partes do acordo.

1.1. Produtos têxteis

Por conseguinte, no que se refere aos tecidos estampados dos capítulos 52, 54 e 55 e das posições pautais 5801, 5806 e 5811, consideram-se originários:

- os tecidos obtidos a partir de matérias originárias da Comunidade e/ou do México (cumulação bilateral),
- os tecidos dos capítulos 52, 54 e 55 obtidos a partir de fios de cairo, fibras naturais ou fibras sintéticas ou artificiais descontínuas não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para fição, matérias químicas ou pastas têxteis ou papel; os tecidos das posições pautais 5801, 5806 e 5811 obtidos a partir de fibras naturais, matérias químicas ou pastas têxteis⁽²⁾,
- os tecidos obtidos através de «estampagem acompanhada de, pelos menos, duas operações de preparação ou acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calandragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós) desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto», dentro dos limites dos contingentes fixados para cada capítulo do sistema harmonizado em causa (notas de pé-de-página do apêndice II),
- os tecidos de algodão das posições pautais 5801, 5806 e 5811, obtidos a partir da tecelagem de fios de algodão e objecto de estampagem acompanhada de, pelos menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calandragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós).

1.2. Calçado

No que se refere ao calçado das posições pautais 6402 a 6404, consideram-se originários:

- o calçado obtido a partir de matérias originárias da Comunidade e/ou do México (cumulação bilateral),
- o calçado em cuja fabricação «todas as matérias utilizadas estão classificadas numa posição diferente da do produto, excepto solas e suas partes, diferentes do contraforte da biqueira, da posição 6406» (as solas e suas partes, diferentes do contraforte da biqueira, devem ser originárias de uma das partes) «e o valor de todas as matérias utilizadas não deve ultrapassar 60 % do preço à saída da fábrica do produto» (regra do apêndice II),

⁽¹⁾ JO L 157 de 30.6.2000. Pelo momento o texto do anexo III encontra-se só no sítio internet: <http://europa.eu.int/comm/trade/bilateral/mexico/fta.htm>.

⁽²⁾ As regras estabelecidas nos apêndices são aplicáveis às matérias não originárias.

- o calçado obtido «a partir de matérias de qualquer posição, com exclusão de conjuntos constituídos pela parte superior do calçado fixada à primeira sola ou a outra qualquer parte inferior da posição 6406», dentro dos limites dos contingentes fixados para cada posição pautal. No que diz respeito ao calçado da posição pautal 6403, esta possibilidade é válida apenas para os pares cujo valor aduaneiro seja superior a 20 dólares americanos (regra do apêndice II-A).

2. Regras de origem temporárias

As regras de origem temporárias contidas no apêndice II-A são aplicáveis, para os produtos em causa, a partir da entrada em vigor do acordo até à data indicada em vez das regras previstas no apêndice II. As referidas regras são aplicáveis:

- quer a ambas as partes, nomeadamente no que diz respeito aos produtos químicos da posição ex 2914 e ex 2915, aos couros e peles de bovinos e equinos da posição 4104, a determinados artigos de vestuário dos capítulos 61 e 62, aos motores das posições 8407 e 8408 ou aos veículos automóveis, chassis e carroçarias das posições 8703, 8706 e 8707, respectivamente,
- ou a uma das partes, no âmbito dos contingentes aplicados pela Comunidade ao México relativamente a veículos das posições ex 8701, 8702 e 8704, que são geridos de acordo com o habitual sistema comunitário.

3. Declarações comuns

As declarações comuns contêm uma referência à revisão, à prorrogação ou ao adiamento, pelo Comité Misto, da aplicação de certas regras e dos volumes dos contingentes.

SISTEMA DE CONTINGENTES APLICÁVEL ÀS EXPORTAÇÕES PARA O MÉXICO

Os contingentes pautais aplicados pelo México às exportações comunitárias são geridos pela Secofi (Secretaría de Comercio y Fomento Industrial) e são atribuídos através de um sistema de leilões.

Sistema de adjudicação de contingentes

O aviso da realização de um leilão, com a descrição do contingente, do local e da data do convite para licitação, é publicado no Jornal Oficial mexicano, pelo menos, 20 dias antes da data do registo dos participantes. As partes interessadas terão acesso às informações sobre o leilão, nomeadamente sobre o tipo e o volume do contingente, os requisitos da participação, os critérios de adjudicação, o prazo de validade dos certificados.

A arrematação faz-se segundo o princípio de adjudicação ao preço mais baixo das ofertas ganhadoras (least winning price). Cada participante poderá apresentar cinco ofertas, especificando as quantidades desejadas e o preço que está disposto a pagar por essas quantidades (pelo menos, um centimo mexicano por oferta). As ofertas retidas são as correspondentes aos

preços mais elevados propostos, até ao esgotamento do contingente. O preço efectivamente pago pelos arrematantes será o «least winning price». Se o contingente não for integralmente atribuído, o preço a pagar é o de um centimo mexicano (preço mínimo para uma oferta).

Cada arrematante receberá uma carta com a indicação das quantidades atribuídas e do prazo de validade, bem como um cartão magnético do qual serão retiradas as quantidades aquando de cada importação. Os contingentes serão periodicamente distribuídos até ao esgotamento do contingente.

Certificados de origem

Para poder beneficiar de um contingente, os importadores mexicanos têm de possuir uma prova da origem que demonstre que os produtos satisfazem as regras de origem específicas estabelecidas no âmbito dos contingentes. Para o efeito, quer a casa n.º 7 (observações) do certificado de circulação EUR.1 quer a declaração na factura devem conter os seguintes dados:

- para os contingentes aplicáveis aos produtos têxteis das posições pautais 5208 a 5212, 5407, 5408, 5512 a 5516, 5801, 5806 e 5811 aquando da importação para o México: «Em conformidade com a regra de origem específica de acordo com o previsto no apêndice II»,
- Para os contingentes aplicáveis ao calçado das posições pautais 6402, 6403 e 6404 aquando da importação para o México: «Em conformidade com a regra de origem específica de acordo com o previsto na nota 9 do apêndice II-A».

Igualmente, para os contingentes aplicáveis a certos veículos das posições pautais ex 8701 (tractores rodoviários para semi-reboques), 8702 e 8704 aquando da importação para a Comunidade, quer na casa n.º 7 do certificado de circulação EUR.1 quer a declaração na factura tem que se le o texto seguinte: «em conformidade com a regra de origem específica de acordo com o previsto na nota 12.1 do apêndice II-A».

INFORMAÇÕES IMPORTANTES RELATIVAS À PROVA DE ORIGEM

Deve notar-se que os certificados de circulação EUR.1 emitidos pelas autoridades aduaneiras da Comunidade, que são utilizados noutros acordos preferenciais nos quais a Comunidade é parte, serão aceites pelas autoridades aduaneiras do México, desde que:

- a) A casa n.º 8 do certificado EUR.1 contenha a classificação pautal das mercadorias num nível de posição pautal (código de quatro algarismos);
- b) Os restantes requisitos previstos no anexo III da Decisão n.º 2/2000 se encontrem preenchidos.

No que se refere às declarações em facturas, chama-se a atenção para o facto de que o texto dessa declaração (ver apêndice IV do anexo III) contém uma menção adicional ao «número de autorização governamental competente» que é concedido pela Secofi. Apesar do facto de essa menção se aplicar apenas às exportações procedentes do México para a Comunidade, deverá também ser incluída nas declarações em facturas emitidas pelos exportadores autorizados no Estado-Membro da Comunidade.

INFORMAÇÕES A FORNECER À COMISSÃO

A fim de permitir que a Comissão possa avaliar o funcionamento do sistema de regras de origem, a Comissão procederá a uma recolha de dados pormenorizados sobre as quantidades em relação às quais são emitidos certificados EUR.1 e declarações em facturas relacionados com os contingentes de exportação. Solicita-se que os utilizadores de declarações em facturas informem os serviços centrais competentes do Estado-Membro

em questão (ver lista desses serviços em anexo), que transmitirão os dados à Comissão, pelo menos, uma vez por mês.

As quantidades totais actualizadas de acordo com as informações recebidas estarão disponíveis diariamente no *website* «Tariff quotas & ceilings» (contingentes e limites máximos pautais) da DG TAXUD: (http://europa.eu.int/comm/taxation_customs/databases/quota_en.htm).

Cada contingente será identificado pelo número de ordem:

00.0001	ex 5208 ex 5209 ex 5210 ex 5211 ex 5212	volume anual: 2 milhões de metros quadrados
00.0002	ex 5407 ex 5408	volume anual: 3,5 milhões de metros quadrados
00.0003	ex 5512 ex 5513 ex 5514 ex 5515 ex 5516	volume anual: 2 milhões de metros quadrados
00.0004	ex 5801 ex 5806 ex 5811	volume anual: 0,5 milhão de metros quadrados
00.0011	ex 6402	volume anual: 120 000 pares
00.0012	ex 6403 (para homem)	volume anual: 250 000 pares cujo valor aduaneiro seja superior a US \$ 20
00.0013	ex 6403 (para senhora)	volume anual: 250 000 pares cujo valor aduaneiro seja superior a US \$ 20
00.0014	ex 6403 (para criança)	volume anual: 125 000 pares cujo valor aduaneiro seja superior a US \$ 20
00.0015	ex 6404	volume anual: 120 000 pares

Para efeitos dos contingentes mencionados nesse *website*, por «origem» deve entender-se destino, sendo o México o país de destino e não devem ser tidas em conta as referências relativas a importação e a entrada em livre circulação. O código numérico do México é 412.

ANEXO

Lista dos serviços centrais responsáveis pela recolha de dados em cada Estado-Membro

Estado-Membro	Serviço central
BELGIË BELGIQUE BELGIEN LUXEMBOURG	Ministère des finances Administration centrale des douanes et accises Cité administrative de l'État Tour Finances 50 — Bte 37 Boulevard du Jardin Botanique B-1010 Bruxelles Tél. (32 2) 10 32 82 Fax (32 2) 10 33 13
DANMARK	Told- og Skattestyrelsen Erhvervsafdelingen Særlige Opgaver, Padborg Toldbodvej 8 DK-6330 Padborg Att: Kontingentadministrationen Telefonnummer (45) 7640 4736 Telefax (45) 7467 5592
DEUTSCHLAND	Oberfinanzdirektion Köln Zoll- und Verbrauchsteuerabteilung Außenstelle Düsseldorf — Zentralstelle Zollkontingente — Postfach 10 11 14 D-40002 Düsseldorf Tel. 49 (0) 211-9088-701 Fax 49 (0) 211-9088-704
ELLAS	Ministry of Finance General Directorate of Customs and Excise 17 th Tariff Division Section A — Department A II 10, Karageorgi Servias Str. 10184 Athens Tel. (00301) 32 55 570 Telefax (00301) 32 28 627 e.mail adress: gdt-dasmo@otenet.gr
ESPAÑA	Departamento de Aduanas e Impuestos Especiales Subdirección General de Gestión Aduanera Avenida Llano Castellano, 17 E-28071 Madrid Tel. (34) 917 28 98 59 Fax (34) 913 58 47 21
FRANCE	Direction générale des douanes 8, rue de la Tour des dames F-75436 Paris Cedex 09 Tél. (33 1) 44 74 48 59 Fax (33 1) 44 74 48 32
IRELAND	Office of the Revenue Commissioners Government Offices Nenagh County Tipperary Ireland Tel. (353) 673 35 33 (ext. 632 60) Fax (353) 674 43 88
ITALIA	Ministero delle Finanze Dipartimento delle Dogane e delle Imposte indirette Direzione centrale Servizi doganali Ispettorato 2° — Divisione III Via Mario Carucci, 71 I-00143 Roma Tel. (00-39) 06 50 24 20 86 Fax (00-39) 06 50 95 70 03

Estado-Membro	Serviço central
NEDERLAND	Belastingdienst Centrale Dienst voor in- en uitvoer Postbus 30003 9700 RD Groningen
ÖSTERREICH	Zollamt Suben Suben 25 A-4975 Suben
PORTUGAL	Ministério das Finanças Direcção-Geral das Alfândegas Rua das Alfândegas, 5 P-1194 Lisboa Codex Tel. (351-21) 886 05 37 — ext. 302 Fax (351-21) 888 42 08
SUOMI FINLAND	Tullihallitus Veroyksikkö PL 512 FIN-00101 Helsinki
SVERIGE	Tullexpeditionen Helsingborg Box 1334 S-251 13 Helsingborg Tfn (46-42) 19 87 03 Fax (46-42) 19 87 09
UNITED KINGDOM	HM Customs and Excise Central Tariff Quotas Unit (CTQU) First Floor Alexander House 21 Victoria Avenue Southend-on-Sea Essex SS99 1AA

Não oposição a uma operação de concentração notificada**(Processo COMP/M.1944 — HSBC/CCF)**

(2000/C 187/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em 30 de Maio de 2000, a Comissão decidiu não se opor à concentração notificada acima referida e declará-la compatível com o mercado comum. Esta decisão é tomada com base no n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho. O texto completo da decisão está disponível apenas em inglês e será tornado público depois de liberto do sigilo comercial. Estará disponível:

- em versão papel através dos serviços de vendas do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (ver lista na contracapa),
- em formato electrónico na versão «CEN» da base de dados Celex, com o número de documento 300M1944. Celex é o sistema de documentação automatizado de legislação da Comunidade Europeia; para mais informações sobre a assinatura é favor contactar:

EUR-OP
Information, Marketing and Public Relations (OP/4B)
2, rue Mercier
L-2985 Luxembourg
[tel. (352) 29 29-42455; fax (352) 29 29-42763].

Não oposição a uma operação de concentração notificada**(Processo COMP/M.1907 — WOCO/Michelin)**

(2000/C 187/05)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em 28 de Abril de 2000, a Comissão decidiu não se opor à concentração notificada acima referida e declará-la compatível com o mercado comum. Esta decisão é tomada com base no n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho. O texto completo da decisão está disponível apenas em inglês e será tornado público depois de liberto do sigilo comercial. Estará disponível:

- em versão papel através dos serviços de vendas do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (ver lista na contracapa),
- em formato electrónico na versão «CEN» da base de dados Celex, com o número de documento 300M1907. Celex é o sistema de documentação automatizado de legislação da Comunidade Europeia; para mais informações sobre a assinatura é favor contactar:

EUR-OP
Information, Marketing and Public Relations (OP/4B)
2, rue Mercier
L-2985 Luxembourg
[tel. (352) 29 29-42455; fax (352) 29 29-42763].
